



MEMÓRIA E TRADIÇÃO MBYÁ-GUARANI NO *TEKOÁ VY'A*: IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Vandreza Amante Gabriel¹
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva²

Resumo: Apresentaremos alguns dados como resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre as mudanças e permanências na alimentação do grupo Mbyá-Guarani do *tekoá vy'a* em Major Gercino (SC). Abordaremos algumas questões relacionadas ao contato entre brancos e Guarani a partir de entrevistas realizadas com o cacique *werá mirim* Artur Benite, entre os meses de agosto de setembro de 2018, ancoradas na metodologia etnográfica, recurso utilizado pela Antropologia. Observamos dois aspectos importantes para a continuidade do modo de vida e da tradição do grupo: a terra e a casa de reza chamada por eles de *opy*. A demarcação de terra é uma das principais reivindicações dos Mbyá-Guarani. Somente a partir da terra é que se consegue estabelecer elementos da cultura que direcionam as decisões cotidianas na aldeia. Faremos referência à transformação por que passa esse grupo indígena até os dias atuais e retratar histórias que trazem consigo a impressão dessa transformação. É atual, cotidiana e ao mesmo tempo reflexo do contato entre culturas.

Palavra-Chave: Mbyá-Guarani. Identidade Cultural. Território. Dinâmicas Regionais. Desenvolvimento Regional.

Introdução

O grupo Mbyá-Guarani habitava tradicionalmente um vasto território entre o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, como outros grupos Guarani que compreendem os Ñandeva/Xiripá, Kaiowá. Atualmente, encontram-se confinados em

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau (FURB). O presente trabalho foi realizado com apoio do Auxílio FURB e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, Portaria Nº 206, de 4 de setembro de 2018. E-mail: van_ag@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: marildacheccucci@hotmail.com



pequenas ilhas com algumas aldeias sem a devida demarcação regularizada pelo Estado (BRIGHENTI, 2012; LADEIRA, 2008)³. Esta situação não é para todas as aldeias

A aldeia pesquisada se chama *tekoá vy'a*, Aldeia Feliz, e está situada na localidade de Águas Claras em Major Gercino, região Noroeste da Grande Florianópolis, Vale do Rio Tijucas, estado de Santa Catarina, Brasil. As terras foram adquiridas em 2007 com recursos advindos do convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI pela duplicação da BR-101 trecho Palhoça (SC) – Osório (RS). O grupo Mbyá-Guarani habita desde os tempos imemoriais um grande território e um desses núcleos familiares vivem no *tekoá vy'a* Mbyá-Guarani *vy'a* (Aldeia Feliz) e desde o contato vem sendo alojado em diferentes localidades por conta da questão da terra e sua legalização. No ano de 2009, treze famílias entre aquelas que residiam na aldeia *tekoá itaty* do Morro dos Cavalos, Palhoça (SC) se mudaram para uma área rural em Major Gercino (SC), região metropolitana da Grande Florianópolis, em consequência da compra pelo grupo dessa terra com o dinheiro recebido de uma indenização pelas terras que habitavam no entorno da rodovia construída pelo governo federal, a BR-101. Desde a década de 1990 o grupo que habita atualmente o *tekoá vy'a* e que anteriormente residiu em outras terras busca alternativas para dar continuidade às formas ditas por eles “tradicionais” de se viver como Mbyá-Guarani. Algumas famílias permaneceram na antiga localidade onde residiam no Morro dos Cavalos, Palhoça (SC) e aguardam indenização. Nesse projeto governamental em média trinta aldeias de diferentes grupos foram impactadas (DARELLA; GARLET; ASSIS, 2000)⁴.

O *tekoá vy'a* tem 149 hectares atualmente abriga vinte e sete famílias num total de 120 pessoas. Uma dessas famílias com mais conhecimentos sobre as tradições Mbyá-Guarani é de Artur Benite (*werá mirim*) e Maria Campo (*pará retê*) com seus filhos e filhas, genros e noras, netos/as e bisnetos/as. Na pesquisa nossos interlocutores foram o pagé e cacique Artur Benite (*werá mirim*), sua filha a artesã Cláudia Benite (*pará mirim*) casada com Augustinho Moreira (*werá tukumbó*), Márcia Ramires (*pará mirim*) e suas filhas Maura Ramires (*kerexu*), Andrea Ramires Benite (*pará mirim*) e Leticia Benite (*ará retê*), além dos professores da escola *nhembo'ea vy'a*. Para o cacique *werá mirim* Artur Benite Mbyá-Guarani do *tekoá vy'a* em Major Gercino (SC) é necessário que a área do

³ Há aldeias indígenas Guarani no Pará.

⁴ Programa de Apoio às Comunidades Indígenas (Julho/2001).



tekoá seja produtiva, que se amplie o conhecimento sobre a plantação, sobre as sementes, as influências da lua e a água deve ser limpa. Muitos desses lugares, denominados pelo Estado brasileiro como “reservas”, são ilhas em meio à agricultura convencional que utiliza pesticidas e agrotóxicos na lavoura. Os indígenas em geral não utilizam esses insumos, nem mesmo sementes transgênicas. Esses aspectos convergem para a sua importância na preservação desses ecossistemas, com possíveis adaptações (SILVA, 2008).

Para o pesquisador e antropólogo Martín César Tempass (2016, p. 6) “as *tekoá* dos Mbyá-Guarani são como “ilhas” distribuídas sobre um vasto território, encravadas ‘entre’ outras sociedades. No passado as ‘ilhas’ Mbyá-Guarani eram localizadas em um ‘mar’ de outros povos”. Ele comenta que “atualmente elas figuram, principalmente, entre as nucleações da sociedade envolvente. O interessante é que essas ‘ilhas’ Mbyá-Guarani sempre se localizaram – e ainda se localizam – próximas aos cursos de água”. Segundo Bartomeu Meliá (1986 e 1989) uma *tekoá* baseia-se no complexo casas-roças-mata, três espaços que se interligam e se completam, inclusive no que tange a obtenção e preparação dos alimentos Mbyá-Guarani. Para Tempass (2016), “dada a importância que as águas têm para este grupo deveríamos pensar as *tekoá* como um complexo de ‘águas’-matas-roças-casas’. Isso porque, como afirmaram várias vezes os interlocutores Mbyá-Guarani, não existe *tekoá* sem ‘boas águas (TEMPASS, 2016, p. 7).

A antropóloga Dominique Tilkin Gallois (2004, p. 38) faz referência ao “tremendo impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas, muitas delas rechaçadas e refugiadas em áreas que não correspondem à sua localização histórica, nem à extensão territorial ocupada antes da dizimação gerada pelo encontro com frentes de colonização”. Segundo a autora “como se sabe, praticamente todos os grupos indígenas perderam grandes porções de seus territórios, fragmentados em parcelas que são reivindicadas e demarcadas, num parcelamento que gera novas reivindicações”. Esclarece que “assentadas no direito constitucional que enfatiza os ‘direitos originários’ (Artigo 231 da Constituição Federal) dos índios sobre suas terras, independentemente da demarcação”, “tal equação não é suficiente. Território não é apenas anterior à terra e terra não é tão somente uma parte de um território. São duas noções absolutamente distintas” (GALLOIS, 2004, p. 39). A autora explica que “a diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de



reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena”. Para ela, “a noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (GALLOIS, 2004, p. 39). Segundo a pesquisadora “pode-se dizer que o contato coloca um grupo indígena diante de lógicas espaciais diferentes da sua e que passam a ser expressas também em termos territoriais. Como já se viu, o contato é um contexto de confronto entre lógicas espaciais”. Para ela, “as diversas formas de regulamentar a questão territorial indígena implementadas pelos Estados Nacionais não podem ser vistas apenas do ângulo do reconhecimento do direito à ‘terra’, mas como tentativa de solução desse confronto” e que o “o território de um grupo pode ser pensado como um substrato de sua cultura” (GALLOIS, 2004, p. 41).

Memória e tradição Mbyá-Guarani no *tekoá vy’a*

Iniciei a pesquisa do doutorado no ano de 2016 e desde então venho fazendo visitas esporádicas ao *tekoá vy’a*. No início eu era acompanhada por homens. Depois de alguns anos comecei a ser acompanhada pelas crianças e depois pelas mulheres. Essa ordem revela o lugar de cada um destes personagens na aldeia e seus respectivos papéis. Somente depois de muitas idas à aldeia passei a ter uma relação mais próxima com as mulheres. Inicialmente conversei muito com *werá mirim* Seu Artur para entender o complexo contexto em que se encontrava o grupo Mbyá-Guarani na atualidade e as especificidades vividas por eles nas diferentes aldeias, já que cada uma delas pode apresentar diferentes situações, em função do histórico do grupo e da situação das terras que ocupam. Como exemplo a situação do atual grupo localizado em Major Gercino é muito diferente da situação anterior quando viviam no Morro do Cavalos e daqueles que lá permaneceram no *tekoá itaty*.

Através da lembrança sobre a sua trajetória de vida e sua vivência, pude ter acesso a informações importantes sobre os Mbyá. Ele me contou sobre algumas lembranças da infância e de sua juventude, fazendo referência à tradição cultural do grupo e as mudanças ocorridas a partir do contato e relação com a sociedade branca envolvente. Em agosto de 2018 ele me recebeu em um dia muito frio, permanecendo



sentado comigo próximo de uma fogueira feita no chão de uma cozinha coletiva, que não estava sendo utilizada naquele momento. De acordo com o seu Arthur os Mbyá estão passando por mudanças em seus hábitos e costumes, ao comparar o “antigamente” (passado) com o tempo presente:

Olha, eu penso muito, mas pensar a gente tem que pensar como que era antigamente. Antigamente não era assim. Então a gente pensa na natureza, no tempo que nossos avós viveram. Eu sou criado pelos avós e a gente vê que agora a cidade cresceu e nós ficamos mais no lado, não tem mais a natureza, não tem mais caça, não tem mais para nós viver. Às vezes eu penso isso, como que os nossos filhinhos vão ver isso mais tarde, daqui mais um tempo. Tudo isso eu penso, eu fico pensando às vezes sozinho como o povo, a população está pensando. Vai aumentando e a cidade vai crescendo e o povo Guarani vão se ver apertado com isso. Nós estamos vivendo assim cinquenta por cento já como gente branca. Então não tem como a gente mostrar a nossa vivência, como que era os nossos avós. Eu enxerguei há sessenta anos atrás. Estou pensando ao longo de tudo isso. Não sei como vocês vão achar que eu estou reclamando isso (Depoimento *werá mirim* Artur Benite em 20/08/2018).

Na sua percepção os dois aspectos essenciais para a manutenção de suas tradições e costumes são: a reza (religião) e a terra. É assim que quando pergunto a ele o que é necessário para o Mbyá-Guarani viver bem, ele responde: “o que a gente precisa para continuar bem? A primeira coisa é a casa de reza. Esse é o primeiro para nós viver feliz e o segundo é a terra. Um lugar para nós viver. Por que ele que dá orientação, dá saúde, dá vida. Junto também já faz parte também a terra”. Ele lembra que “bem dizer a verdade se meus avós dizem “primeiro a terra”. A terra tem em qualquer lugar, quer morar do jeito que quiser viver, pode viver, mas se nós temos a terra precisa primeiro a casa de reza. Esse é o principal para nós, para nossa alma”. Explica que “a casa de reza é bom para os nossos filhos, para nossos netos, nossos bisnetos. Por que se não tem a casa de reza não adianta eu falar para os meus netos, não adianta eu falar para a minha família: ‘ah, nossos avós viveram assim’”. Entende que “se eles não enxergar a casa de reza eles não vão acreditar. Eles estão enxergando a vivência do jeito que estão vivendo o povo branco. Então essa é a primeira coisa que tem que ser, a casa de reza para eu conversar com meus netos”. Faz referência à atualidade “olha, é muito complicado já agora. A gente fala agora só para não se perder. Eu fico às vezes muito triste. Tem casa de reza aí. Agora mesmo estava rezando lá. Sozinho. Que o povo Guarani já... o Guarani verdadeiro, já estão gostando mais da vivência do povo da



cidade”. Fica claro para ele que as mudanças estão ocorrendo e eles não vivem mais como seus avós.

Observamos dois aspectos importantes para a continuidade do modo de vida e da tradição: a terra e a casa de reza. A terra e sua demarcação é uma das principais reivindicações do grupo Mbyá-Guarani. Somente a partir da terra é que se consegue estabelecer elementos da cultura que direcionam as decisões cotidianas na aldeia. Na terra pode ser encontrada água para o consumo, para se banhar e pescar, mata para se obter caça, plantas medicinais, fazer coleta, alimento, que pode ser plantado, barro e madeira para que seja construída casas tradicionais e, somente a partir de uma “base”, uma aldeia poderia ser estabelecida como tekoá, onde a terra é a própria estrutura do mundo (LADEIRA, 2008). Pode-se perceber que a conformação de uma aldeia Mbyá-Guarani não é apenas uma questão de espaço geográfico. Têm significado com um conjunto que elementos para o *nhanderekó*, o modo de ser sendo um sistema cultural. A *opy*, chamada em português de casa de reza é o local central de troca de saberes e de aprendizados para o fortalecimento do grupo, onde acontecem os rituais espirituais para a promoção da saúde e religiosos, onde entram em contato com as divindades e acessam suas revelações (TEMPASS, 2010).

No comentário de werá mirim Artur Benite percebe-se que ele chama atenção para a mudança que está ocorrendo nos costumes em função do contato, quando afirma que os jovens Guarani já estão gostando mais da vivência do povo da cidade e que sente tristeza com isso. Atualmente os jovens tem contato direto com as cidades, acesso à tecnologia, redes sociais, música, televisão, indústria cultural. São impactados diretamente com a alimentação industrializada, e se conectam a outros agentes externos religiosos, na área de saúde, na educação e no sistema social envolvente. É na *opy*, casa de reza, que werá mirim Artur Benite, cacique e pagé, fala sobre a importância da tradição para os jovens, mas alguns não participam dos encontros diários ao final da tarde. E comenta: “às vezes não são todos também. Às vezes cinquenta por cento. Vai qualquer (pessoa). De vez em quando. Que isso não é obrigado. Não tem polícia para mandar ‘vai lá, vai lá’”. Ele diz que “a pessoa precisa se sentir, ficar pensando, ‘eu vou na casa de reza, eu vou rezar’. Isso eles têm que pensar. Eu não posso falar para eles ‘vão na casa de reza, vem por favor’. Não. Isso eu não posso fazer. Sim, cada um tem que entender isso. É assim que funciona na nossa religião”. Ele comenta que atualmente “é mais criança. Hoje até os meus netos, meus bisnetos estão



participando, estão querendo aprender. Por que daqui um tempo se Deus me leva e daí eles vão ficar 'ah, meus avós viveram assim'. É assim que passa". Ele conta que antigamente "meus avós viveram mais na casa de reza. Mais velhos, mais novos, não tinha escolha. Tinham que participar. Participava todo mundo. Toda aldeia tinha casa de reza. Se tem só pouquinho (pouca gente) também merece ter uma casa de reza. Sim. É a mesma coisa". Continua a explicar "você veja bem. É que vocês têm a igreja. Cada cidade tem a sua igreja. A mesma coisa nós. Sim. Isso já aconteceu. Desde o começo. Cada um tinha a sua casinha. Se fosse grande (a aldeia), mas cada um tinha que fazer sua casinha". Ele comenta sobre o crescimento das cidades:

Se eu pensei isso? A cidade crescer? Pensar a gente pensa, mas não tem como. Por que pensar a gente pensa, mas o que vamos fazer? Pensei. Tudo eu pensei isso. Pensei tudo para os meus netos, para os meus filhos que vão crescer. Daqui mais um tempo como será que vai ser as coisas? Será que vão todos para cidade? Às vezes eu penso sozinho será que... Eu acho que vai acabar até o jeito de viver índio. Falei assim porque eles vê o jeito de viver dos brancos. E então vão indo. Agora tem a escola que na época de nossos avós não. Eu não estudei. Não me deixavam ir na escola. Tinha. Os brancos já tinha, mas só que os nossos antigos, passado, eles não deixam os filhos estudar. Não. Eu queria estudar, não tinha jeito. Não estudei. Agora eu estou deixando. E o que que eu vou fazer? Eu tenho que deixar, tem que deixar estudar. Eu já sou documentado tudo. Por que nossos avós, naquela época, não tinha certidão, não tinha nada, nada, nada. Tinha só colar assim. (Depoimento *werá mirim* Artur Benite em 20/08/2018).

Ele fez seus documentos aos 30 anos. "Não tinha. Viajava assim. Anos setenta e seis eu passei aqui em Florianópolis, vim de Porto Alegre sem documento. Aí cheguei na rodoviária para ir para Curitiba. Para pedir passagem disseram 'me dá o teu documento'. Eu disse: 'meu documento é esse daqui'. Estava o gerente lá e ele mostrou 'esse daí é índio, passa'", conta. Ele comenta que os indígenas tinham passe livre "sim. E assim que era primeiro. Agora não⁵. Cinquenta por cento acho que está passando já. Agora eu estou mais idoso, mais velho. O mais novo é diferente, o mais velho é diferente também. Eu não me esqueço dos meus avós, por mais que eles viveram. Eu vivo assim. O que que eu vou fazer né? Eu penso nisso". Seu Artur diz que "e como a cidade está crescendo, o povo está crescendo, para esse povo olhar pelos índios. Como nós estamos querendo viver bem, passar bem e nossa cultura não se perderá. Seguirá sempre. É que nós vivemos assim". Completa dizendo que "hoje os alunos estão estudando, mas tem que estudar bem para ver como é que é a vivência do índio. Então

⁵ As crianças são nominadas na cerimônia chamada *nimongaraí* até os dois anos de idade e muitas não possuem documentos até a realização da cerimônia de nomeação.



para isso que eu estou pensando. Como meus avós não me deixaram estudar”. Emocionado *werá mirim* Seu Artur relembra uma parte de sua história onde conheceu os pais que moravam em outra aldeia. Como foi criado pelos avós maternos não chegou a conhecer a família por parte de pai. “Eles faleceram cedo. Os dois são falecidos. Não tenho pai e nem mãe, tenho só duas irmãs que moram em uma aldeia em Torres (RS). É. São duas minhas irmãs lá, que é da mesma mãe. Eu sou homem sozinho. Os três moraram com os avós”, comenta. Ele conta que

Quando faleceu eu tinha vinte anos. Eles moravam juntos. Em uma aldeia muito longe da cidade. A gente levava meio dia a pé para chegar. É só no mato uma trilha. Se chamava *Xaquari*, uma aldeia. Essa era na fronteira, na Argentina. Meus pais, meus avós, tudo junto. Tinha soldado, vou falar soldado né, *xondaro*, tinha setenta *xondaro*. Às vezes eu me lembro. Era aldeia grande, tinha seiscentos e pouco. Era criança e adulto. Era uma aldeia muito boa. É ali que me criei. *Xafari*. Onde eu nasci e me criei. É um rio, chama *xaparí*. *Xapari*. Em Guarani *xapari*. Quer dizer rio. É o nome do rio. Os avós que chamaram. Quando eles faleceram eu vim para Tenente Portela (RS). Eu vim para Guarita. Aí faleceram e meus avós vieram junto. Aí passamos por Santa Maria. Sim, viajando por um ano. Aí chegamos em Cacique Doble. Isso, em Nanoai (RS). Aí já comecei a me casar. E é assim que nós vivemos. E agora estou aqui (Depoimento *werá mirim* Artur Benite em 20/08/2018).

Ele conta que não sabe o motivo do falecimento dos pais “Ah, isso eu não posso saber como foi. Não, eu não estava junto”. Pergunto se ele estava junto quando os avós faleceram: “Estava. Faleceram aqui em Tenente Portela. É. Meu avô faleceu lá perto de Horizontina (RS). Tinha aldeia também. Quando eles faleceram eu vivi mais foi com os meus tios. Eu tinha tio, irmão da minha mãe. Aí vivi mais com eles. Depois que eu fiquei adulto, com trinta, quarenta anos aí é mais sozinho”. Ela fala sobre as irmãs “elas ficaram lá, depois vieram e não faz muito tempo ainda, faz uns dez anos mais ou menos quinze anos. Até mês passado os meus sobrinhos vieram me visitar. Vieram me visitar aqui”, comenta feliz. O cacique faz sugere parcerias para a plantação na aldeia:

Isso eu pensei agora, daqui para frente 2018, eu estou pensando, já que nós estamos assim, o governo podia ajudar, aqui nós temos terra boa, ajudasse com maquinário e tudo para tirar alimento da terra. É assim que eu estou pensando porque nós não temos nada. Nós vivemos com uma casinha assim como o branco, temos a luz, temos geladeira. Se é para nós vivermos assim é para não nos esquecermos do nosso futuro. Sempre nós vamos seguir. De plantar e ajudar nós a

⁶A migração é uma regra social e cosmológica Mbyá-Guarani. Existe um rio denominado Xapuri no Acre, uma possível rota antiga de acesso ao interior do território. É necessário aprofundamento de dados. A grafia em Guarani terá erros porque não sei ler e escrever na língua.



viver bem. Com certeza. Tem que ajudar. Trabalhar junto. Isso que eu penso para não faltar o alimento. Porque nós vivemos assim e se nós formos pensar, as vezes eu fico pensando e as vezes eu fico nervoso sozinho. É, pensando porque antigamente nossos avós viveram assim mais na plantação. Eu aprendi a plantar com eles, por isso que eu planto agora. Planto cana, planto banana. Eu aprendi com eles que é importante. Só que eu estou querendo ajuda do nosso governo, o governo poderia ver isso aí. Para não passar fome, para não faltar alimento (Depoimento *werá mirim* Artur Benite em 20/08/2018).

Na visão do seu Arthur, a terra é boa e uma fonte importantíssima para a alimentação deles, porém ele percebe a necessidade da ajuda do Estado fornecendo instrumentos e maquinários que ajude no plantio e cultivo agrícola. De fato os Mbyá já não dispõem da situação anterior, quando podiam se transferir de um lugar a outro, no momento que a terra se encontrava esgotada, por exemplo, ou dispor dos recursos locais de acordo com a sazonalidade. De fato, eles necessitam para melhorar a sua produtividade e terem acesso a uma quantidade maior de alimentos que garanta a alimentação para todos, deste tipo de instrumentos e maquinários. Segundo ele: “a terra é boa. Aqui a aldeia é o paraíso. Só que a gente tem que pedir muito para plantar a terra e cultivar. O governo pode enxergar isso aí um pouco. Através de deus a gente faz tudo isso. Eu penso isso. Que vai dar tudo certo. Eu penso isso”. Ele comenta ainda: “olha são muitas coisas, não dá nem para... Não tem tradução, mas dá para dizer que eu estou dizendo que não faltará alimento para os meus filhinhos, os meus bisnetos todos, eu falei isso e a casa de reza seguir para a vida, para a saúde, o governo poderia enxergar, ver isso aí para nós viver feliz com meu povo, é assim que eu falei”. Em relação à comida *werá mirim* considera que “a comida também cinquenta por cento temos que comer a nossa comida *kaguijy, araticuí, rorá, mbaipy, djopará*. Todos esses são nomes das comidas”. Segundo ele as mulheres continuam fazendo a “comida tradicional” “porque elas vivem e se criaram com isso. Para não se esquecer”. Aqui fica claro a educação das mulheres voltadas para a preparação dos alimentos. São elas na aldeia as responsáveis por esta atividade.

Ele também relaciona comida e saúde “por que a comida é importante para a saúde, porque a comida é tradicional para ser para o índio. Gente branco já tem sua comida. Ele não come a nossa comida. Nós fazemos um *reviro, mbaipu*, uma canjica e vamos comer. O que é a comida do índio”. Faz referência a ausência de males “então isso agora traz o ser livre de todo problema mau como os meus avós falavam assim que eu podia me alimentar mais de comida tradicional, fazer um assadinho de mandioca,



milho verde, fazer aquela pamonha, para fazer o *mbiju* para misturar com carne de caça. Esse faz bem. Não dá doença, não dá nada”. Completa dizendo que “não dá problemas nos ossos, e foi certo. Eu me alimentei até os meus avós estavam vivos. Eu não comia comida de fora, comida só que eles mesmos faziam. Plantavam de tudo e depois cria galinha, agora galinha caipira fala”. Segundo ele “pegava uru, paloma *palaxa*, *apicaxunós* chamamos *paloma*, *apicatxu*. Aquele que grita no mato ‘cu cucu... cu cucu’... Aquele nós chamamos *apicatxu*. E tem o *nhanbu*, tem *ojacú*, tem o *uruíque* é a galinha do mato, *aracú* saracura. Peixe *pirá*, chama *pirá*, então esse não faltava, não precisava comprar na cidade”.

Um aspecto interessante revelado por seu Arthur é sobre a relação entre trabalho temporário, dinheiro e mudança nos hábitos alimentares. Esse parece ser um fator que modifica a alimentação dos indígenas a julgar pela experiência dos Mbyá. Comenta: “meus avós não tinham nem dinheiro, não sabiam nem o que era o dinheiro. Depois que eu aprendi o português eu aprendi o que era dinheiro. Aí nós vivemos sem dinheiro”. Ele relata como começou a trabalhar:

Eu comecei a trabalhar. Eu trabalhei. Comecei a trabalhar com gente branco. Às vezes os meus avós já mais tarde foram se amigando com gente branco. Gente branco já chegava e conversava. Foi indo, foi indo assim e depois de quinze, vinte anos eu trabalhei mais na lavoura com enxada. Eles semeavam trigo, carpir, na trigueira os outros e eles davam dinheiro, mas não sabia o que era dinheiro e foi me ensinando “esse aqui é tanto, vale assim, dá para comprar isso”. Aí fui aprendendo. Sim, mas tudo. Mas gente, era grande. Lá se chama... Como era o nome da cidade ali... Se chama Horizontina (RS). Lá mesmo que eu aprendi tudo. Tinha uva, trabalhei junto com os italianos também. Aí era só italiano. Aí trabalhava. Eles ensinavam a tirar uva, botava o balaio aqui (no chão), ele mostrava para mim e eu aprendi a ver como que era, o que eu ia fazer, mas foi mostrado. Qualquer coisa que era para mim pegar ele me mostrava. “Pega, pega”. É. Fazia com a mão e foi indo, ele falava, o branco falava, mas eu não sabia o que ele estava falando. E foi indo assim. Depois eu fui aprendendo sim e já fui falando até agora. Se foi complicando comigo, olha, depois que eu aprendi a pegar dinheiro eu ia na venda sozinho botava só a mão assim (apontava) o comerciante sabia o que era: “esse aqui?” (Ele fazia sinal que sim). Mesma coisa de um mudo. Era complicado. Agora que eu estou falando mais ou menos. Até ainda não dá para entender bem ainda porque eu não sou estudado. Agora quem está falando bem são meus filhos, meus netos, estão falando bem porque já estão lendo no português. Quase todo o ano trabalhava na lavoura assim plantando e depois na colheita, cortava com a foice, não tinha máquina naquele tempo. Era só com a foice. Cortava. E a trilhadeira depois cultivava a terra para ver se plantava a outra safra. Assim ia. Muita gente trabalhava lá. Não era só os índios que trabalhavam lá. Só Guarani (de indígenas). Os brancos também ajudavam. Nós trabalhava, como diz, por dia. Ganha por dia. Chegou à tarde está ganho. Com esse dinheiro eu comprava o que precisava. É, para os meus avós. É que meus avós usava, não é que não tenha, mas é para gastar o dinheiro, mandava comprar era fumo, porque naquele tempo não tinha de



pacote, tinha de corda. Plantava. Tinha também, mas para guardar dinheiro não dava, então tem que gastar. Comprava sabão, já tinha e comprava sabão. Eu vi e eles compraram. Fumo, comprava também sal. Usava, já usava, mas não usava como nós estamos usando agora. Os meus avós não era sal como é hoje agora. Era diferente o sal. Era um grão. Era. Esmagava aquele para colocar um pouquinho só para ter o gostinho. Não botava forte. Quando era criança não. Depois quando eu saí comecei a trabalhar e ganhar dinheiro eu usava. (Depoimento *werá mirim* Artur Benite em 20/08/2018).

A pesquisa pretende identificar as mudanças e permanências na alimentação do grupo Mbyá-Guarani, em especial das crianças, admitimos como hipótese da pesquisa a introdução do uso do sal na alimentação, o que vem gerando doenças para eles. Na pesquisa de campo identificamos que a introdução do sal se deu pelo processo de trabalho com os colonos o que irá modificar o paladar. Com a prática cotidiana do uso do sal na alimentação oferecida aos trabalhadores da lavoura pelos donos das fazendas os hábitos alimentares foram sendo modificados alterando a relação dessas pessoas com a comida. No caso do indígena *werá mirim* Artur Benite fica claro o impacto entre as culturas pela forma como se deu essa adaptação. Segundo ele “era assim que funcionava. Eu achei tão bom porque a comida da onde eu trabalhava já dava com salzinho. Davam comida também. Dos próprios brancos antigos também era feijão e farinha, fubá. É. De milho. Fazia revirado, mas eles botavam sal já. Nós não comia, mas depois nós fomos aprendendo com eles”. Ele conta que durante o lanche “o café era chá. Chá de erva. E era o café. De mate sim. Fazer chá. Faz chá. Tomava no copo. Era o café. (Risos). Já era café para eles. Agora já mudou tudo. Agora é café de verdade mesmo. O próprio gente branco também não usava café preto. Lá eu não enxerguei. Eu trabalhei com gente branco mais e o café era chá”, lembra. Pergunto de qual erva era feito o chá “era chá de cidreira. É um capim. Ele tem um cheiro muito bom. Capim-cidreira. Nós chamamos *capicatí, capi i raquã*. Assim nós chamamos a cidreira. O nome em português é cidreira. É, usa. Os antigos usam. É chá para o estômago. É para remédio. É para tudo. É. Então nós fazia chá também para tomar”. Ele conta que “depois de ser amigo de gente branco que eu comecei a comer de tudo. Sim, pelo trabalho. Porque eu gostava de trabalhar. Quando eu tinha dez, doze anos eu trabalhava para os meus avós. Eles me ensinaram a trabalhar, roçar, plantar. Quando foi do jeito do branco eu já sabia como era esse trabalho”. Ele comenta que “que é gente antigo também, porque gente branco, os avós de vocês também gente que era povo antigo também,



igual a nós também era. Tinha casa de barro também tudo. Os próprios brancos. É. Usavam fogo de chão, pendurava um arame aqui e pendurava panela⁷. A própria gente branca”. Conta que “lavora eu conheci quando tinha doze, quinze anos. Poxa vida, mas mudou muito. Às vezes eu fico pensando que era amigo do povo antigo dos brancos. Eco. Se davam bem. Opa”.

Segundo *werá mirim* Artur Benite “mandioca, batata, amendoim, feijão isso tudo eu plantei. É da cultura dos meus avós”. Ele conta “primeiro aprendi a plantação dos meus avós e depois quando eu fiquei mais adulto fui trabalhar com japonês. Eu aprendi com um granjeiro, fazendeiro. Aprendi a trabalhar. Estou velhinho, mas trabalho aí (na aldeia atual)”. Ele lembra que “foi primeiro com os italianos e o segundo eu aprendi com japonês. Com japonês eu plantava verdura tomate, mais era tomate e com os italianos era uva no parreirão. O tomate plantava e colhia. Ele ensinava eu aprendia. O japonês botava um tipo de adubo, não é um adubo comprado, mas era esterco assim que eles tratavam”. Explica que “na lua certa no tempo certo planta e tira semente nova para o outro ano. Tem que saber plantar no dia no mês e assim as sementes que são ganhados dá para tirar também, dá para tirar, mas tem que saber plantar na hora certa tira a semente nova e vai renovando. A gente planta tudo no mês certo”. (Depoimento *werá mirim* Artur Benite 27/09/2018). Assim como os colonos os Mbyá-Guarani guardam sementes “crioulas” para garantir a reprodução da espécie. Seu Arthur ganhou mudas de repolho, alface, cebolinha, salsinha, melancia, amendoim entre outras frutas, verduras, legumes, palmeiras, etc.

Os brancos mudaram no processo dinâmico da cultura que modifica e transforma as relações e os grupos indígenas mudaram desde os primeiros contatos com o processo de colonização do território como parte de uma cultura residual e irreductível (CUNHA, 2009). Uma diversidade de grupos culturais diferenciados são parte de uma realidade ampla que ocupa o território e conforma o Brasil. Essas identidades retratam histórias de pessoas que trazem consigo a impressão dessa transformação. É atual, cotidiana e ao mesmo tempo reflexo do contato dessas culturas.

⁷ Técnica italiana utilizada pelos colonos imigrantes.



Considerações Finais

Com o trabalho de campo pudemos observar que algumas mudanças na estrutura da tradição do grupo estudado são implicações do processo de Desenvolvimento Regional que impactaram no cotidiano dos grupos Mbyá-Guarani. Na parte da entrevista apresentada o cacique Mbyá-Guarani *werá mirim* Artur Benite se refere à terra e a casa de reza como elementos essenciais para a continuidade das práticas culturais do grupo. Ele falou sobre sua preocupação em transmitir seus conhecimentos às próximas gerações fazendo reflexões sobre o futuro. Pudemos identificar que o uso do dinheiro, a compra de alimentos, a utilização do sal e a comunicação interétnica foram estimulados pelo processo de contato a partir da colonização europeia no sul do Brasil. Esperamos com a pesquisa em curso contribuir para a discussão sob novos olhares para o Desenvolvimento Regional, considerando-se as especificidades dos grupos que habitam o mesmo território.

Referências

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs.). Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Editora Pallotti. Porto Alegre (RS) 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Cap. 14, p. 232-245.

DARELLA, Maria Dorothea Post; GARLET, Ivori José; ASSIS, Valéria Soares de. Estudo de Impacto: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC – Osório/RS. Florianópolis – São Leopoldo, 2000. Disponível via <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.antropowatch.com.br%2Fcariboost_files%2FTX3_201_20eia-rima.doc> Acesso em 10/11/2014.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Socioambiental, 2004. Disponível via < <https://www.institutoiepe.org.br/media/artigos/doc11.pdf> > Acesso em 11/03/2019.



LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significação, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem. São Paulo: Edusp, 2008.

PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS. Duplicação da BR-101, trecho Florianópolis/SC – Osório/RS. PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - PBA. CONVÊNIO DNER/IME. Julho/2001. Disponível via <http://www.101sul.com.br/supervisao/programas/11%20Apoio%20as%20Comunidades%20Indigenas.PDF>> Acesso em 31/08/2017.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. O papel da mulher no processo de adaptação alimentar dos imigrantes europeus em Blumenau. Fazendo Gênero 8. Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: 2008. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST6/Marilda_Checcucci_Goncalves_da_Silva_06.pdf>. Acesso em 27/10/2014.

TEMPASS, Mártin César. As pescarias dos Mbyá-Guarani: aspectos práticos e simbólicos. Reunião Equatorial de Antropologia (REA). 2016. Disponível via <http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/>> Acesso em 22/03/2018.

_____. “Quanto mais doce, melhor”: Um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. [Tese de Doutorado]. Orientador: Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000748441&loc=2010&l=9a05df39af9a9caf>> Acesso em 18/03/2013.